

O Jornal do Commercio e as manifestações sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff: a distorção patológica da comunicação para usurpação da representação política

Heitor Costa Lima da Rocha & Laís Cristine Ferreira Cardoso

Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: hclrocha@gmail.com / lais.ferreira@gmail.com

Resumo

A presente comunicação analisa a cobertura do periódico recifense Jornal do Commercio das manifestações populares relacionadas ao *impeachment* de Dilma Rousseff realizadas em 2016, a partir da hipótese de que houve uma distorção sistemática da mídia noticiosa para produzir um pseudo-consenso patológico com o propósito de legitimar o golpe parlamentar. A pesquisa desenvolveu uma metodologia

qualiquantitativa combinando os métodos de Análise de Conteúdo e Análise do Discurso. Especificamente, o trabalho buscou verificar o posicionamento do jornal acerca das manifestações, avaliando como as disputas políticas foram enquadradas, e constatou a hipótese de criminalização dos protestos contrários ao *impeachment* nos juízos de valor emitidos nas matérias.

Palavras-chave: jornalismo; *impeachment*; manipulação; patologia política.

Abstract

This paper analyzes the coverage of the Recife newspaper Jornal do Commercio of the popular demonstrations related to the impeachment of Dilma Rousseff conducted in 2016, based on the hypothesis that there was a systematic distortion of the news media to produce a pathological pseudo-consensus for the purpose to legitimize the parliamentary coup. The research developed a qualitative quantitative metho-

dology combining the methods of Content Analysis and Discourse Analysis. Specifically, the paper sought to verify the position of the newspaper about the demonstrations, evaluating how the political disputes were framed, and verified the hypothesis of criminalization of protests against impeachment in the judgments of value emitted in the matters.

Keywords: journalism; impeachment; manipulation; political pathology.

EM 2016, ano em que a democracia no Brasil completou três décadas, o *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o mais alto cargo do Executivo do país,

Data de submissão: 31/05/2017. Data de aprovação: 30/06/2017.

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



marcou o contexto político brasileiro. A saída de Dilma foi o ápice de uma crise política que se agravou com as eleições presidenciais de 2014, marcada por uma acentuada divisão de ideias, calcada na bipolaridade entre os partidos políticos PT x PSDB, Esquerda x Direita, que culminou em uma cisão, ao menos simbólica, do país. Somado a isso, uma crise econômica, que agravou o quadro financeiro e político do Brasil, a deflagração da primeira fase da Operação Lava Jato¹ e a publicização dos casos de corrupção envolvendo a Petrobrás inflamaram ainda mais o contexto político do país e impulsionaram diversas manifestações populares favoráveis à saída da presidenta do poder.

Os protestos a favor do *impeachment* ganharam fôlego e ainda mais expressão em 2016, após o início da tramitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, que culminou na saída de Dilma da Presidência da República, após julgamento no Senado, em 31 de agosto do mesmo ano. Milhares de pessoas foram às ruas do país em atos a favor e contra o afastamento da petista.

Diante da complexidade do contexto político brasileiro e a importância das manifestações populares, bem como o impacto de um *impeachment* para o regime democrático do país, todo o processo esteve entre as principais pautas da mídia nacional e internacional, em especial as manifestações de rua. Essas renderam diversas matérias, artigos de opinião e até mesmo editoriais de veículos do Brasil e de vários países do mundo, como o *The New York Times*, *Financial Times*, *El País*, *The Guardian*, *The Economist*, *CNN*, entre outros. Apesar disso, alguns críticos apontam divergências bastante significativas entre a cobertura midiática internacional e a cobertura brasileira, e afirmam que essa última se deu de forma parcial. “Enquanto a mídia tradicional brasileira mantém discurso de legitimação do *impeachment*, veículos internacionais dão visibilidade ao risco à democracia” (Nóbrega, 2016, p.1).

As manifestações sociais acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff estão envoltas em um contexto social complexo e têm como pano de fundo as disputas pelo poder político e o exercício da democracia. Para que haja uma discussão ética e, conseqüentemente, decisões baseadas no bem coletivo, se faz necessário a existência de mecanismos de participação popular, a livre circulação de informações e a supremacia dos interesses coletivos sobre os interesses privados.

Especificamente no caso do Brasil, esses dois últimos aspectos esbarram em um contexto peculiar: o domínio dos veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos familiares e a estreita ligação entre a mídia e a política que, para além dos acordos praticados entre os proprietários de comunicação e os representantes do poder político, se estabelece quando os próprios políticos são detentores de concessões de rádio e televisão no Brasil. Essa concentração midiática interfere diretamente na livre circulação de informações, dificultando a pluralidade de vozes e versões no discurso midiático, o que distorce o debate público.

Nessa complexa relação entre meios de comunicação e a política, é possível destacar que esse vínculo se materializa em uma via de mão dupla: o campo político se utiliza da mídia para ampliar

1. Operação realizada pela Polícia Federal que investiga esquema bilionário de corrupção e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, políticos de vários partidos e as maiores empreiteiras do país. Teve início em março de 2014 e já fez mais de 80 condenações, vários indiciamentos e centenas de mandados de busca e apreensão, prisão temporária e preventiva, condução coercitiva, além de vários acordos de delação premiada. É considerada a maior investigação de corrupção da história do país.

seus discursos e corroborar suas versões, e, geralmente de forma dissimulada, os veículos de comunicação se associam ao poder político em nome de interesses pessoais dos donos dos veículos, das elites e do grande capital. Dessa associação, resulta uma tentativa de controle social a partir do discurso e uma enorme ingerência, tanto da mídia quanto dos governos, no funcionamento da esfera pública política, entendida por Habermas como a dimensão social na qual se faz a mediação entre o Estado e a sociedade e onde surge a opinião pública: “A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (Habermas, 1997, p. 92).

Para Noam Chomsky, em um contexto político ideal, uma sociedade democrática “é aquela em que o povo dispõe de condições de participar de maneira significativa na condução de seus assuntos pessoais e na qual os canais de informação são acessíveis e livres” (Chomsky, 2013, p. 9). Entretanto, essa realidade está longe de se concretizar em grande parte dos países considerados democráticos, nos quais os veículos de comunicação estão concentrados nas mãos de poucos. Baseado nisso, Chomsky aponta outra concepção de democracia, a qual descreve como o sistema que impede o povo de exercer cidadania, enquanto “os canais de informação devem ser estreita e rigidamente controlados. Esta pode parecer uma concepção estranha de democracia, mas é importante entender que ela é a concepção predominante” (Chomsky, 2013, p. 10).

Esta ideia de Chomsky se aproxima da realidade brasileira, na qual os interesses particulares dos representantes políticos e dos donos da mídia são colocados acima do bem comum. Os veículos de comunicação, monopolizados pelo grande capital e controlados por essa elite política e econômica, distorcem a discussão pública sobre os problemas nacionais. Isso porque, além de serem o canal para veiculação de propaganda política de forma direta, como um produto publicitário, os meios de comunicação podem produzir consensos sociais e políticos de forma subliminar, a partir de notícias jornalísticas que, *a priori*, deveriam relatar acontecimentos de maneira imparcial, mas que, a depender de seus interesses, podem destacar ou ignorar determinada questão, dar voz ou silenciar determinado ator social, entre outras possibilidades de manipulação da informação. Isso pode ser percebido na cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff, contexto no qual estão inseridas as manifestações populares.

O *impeachment* na mídia nacional

Para Jessé Souza, os veículos de comunicação brasileiros criaram o pano de fundo para a efetivação do *impeachment*: a narrativa acerca da crise econômica, a recorrência discursiva nos casos de corrupção e o surgimento de uma classe média considerada por alguns estudiosos como revolucionária foram alguns dos fatores que compuseram o clima de insatisfação política com o governo da presidente.

(...) essa classe ganha nesses episódios, por força da construção da narrativa midiática que lhe reserva o papel de “herói cívico”, um estímulo novo e gigantesco. (...) O que é novo, tornando-se um dado decisivo a partir de 2013, é a verdadeira conversão midiática desse ator político conservador normalmente discreto e recluso em “classe revolucionária” com extraordinária e

súbita autoconfiança, podendo exprimir-se nas ruas sem qualquer vergonha ou pejo (Souza, 2016, p. 96)

Diante desse contexto político/simbólico, as ruas brasileiras foram tomadas, em 2016, por manifestações que expressam essa disparidade política construída desde as Jornadas de Junho ocorridas em 2013. Tais manifestações ganharam espaço na cobertura midiática que, apesar do mito da imparcialidade midiática da teoria do espelho no que se refere à cobertura dos protestos pró e contra o *impeachment*, é evidente um tratamento desequilibrado e tendencioso, que legitimou o discurso das manifestações favoráveis à saída da presidente, enquadrando-as como representações dos anseios da população brasileira; e descredenciou as bandeiras dos protestos contrários a saída de Dilma do poder, cujo enquadramento foi o de atribuí-los a ações de uma pequena parcela da população ligada ao PT. “As manifestações contra Dilma foram praticamente patrocinadas pelos principais veículos de comunicação, anunciados à exaustão e merecendo cobertura ao vivo. Já aquelas a favor da presidente receberam tratamento muito diferente” (Miguel, 2016, p. 110).

O apoio da mídia às ações pró *impeachment* esteve presentes em diversos editoriais dos jornais impressos, a exemplo do veiculado pelo jornal O Globo na edição de 16 de março de 2016, sob o título de *Um “basta” das ruas a Dilma, Lula e PT: “Manifestações históricas forçam o andamento do calendário do impeachment, enquanto a economia se dissolve, sem perspectivas de mudanças. (...) os milhões de manifestantes de domingo contra Dilma, Lula, PT (...) tiveram tal dimensão, maior que todos os eventos políticos de rua ocorridos até hoje no país”* (O Globo, 2016, s.p.). Entretanto, o mesmo jornal, na edição de 19 de março, um dia após as manifestações contrárias ao *impeachment*, não abordou tais protestos em seu editorial, mas utilizou o espaço para defender o *impeachment* como uma solução para a crise política brasileira.

Essa diferença de abordagem das manifestações pró e contra o *impeachment* também pode ser exemplificada na cobertura televisiva e dos portais da internet.

(...) uma cobertura sem intervalos, ao longo de 12 horas, com a entrada de correspondentes em todo o país e a imagem das pessoas chegando nas manifestações de domingo foi fator decisivo para que muitas pessoas se somassem aos protestos contra Lula e Dilma. Na sexta, foi tudo diferente. (...) Durante a tarde, quando já havia atos sendo realizados, o jornalismo do Grupo Globo não deu o destaque merecido à situação. (...) O reconhecimento da importância e dos impactos políticos da tomada das ruas, tida como decisiva no domingo, também não veio desta vez. Foram raras as informações sobre a dimensão dos atos para além dos que ocorriam no Rio, em São Paulo e em Brasília. (...) A abordagem só foi alterada quando a dimensão do ato na Paulista já não podia ser negada. (Barbosa; Martins, 2016, sp)

A narrativa midiática sobre as manifestações relacionadas ao *impeachment*, baseou-se, de forma geral, na legitimação dos protestos favoráveis à saída de Dilma, a partir do discurso do combate à corrupção e do apoio à prisão dos envolvidos em ações que, de alguma forma, tenham causado prejuízos ao país

A partir da constatação de uma cobertura partidária desenvolvida pelos veículos de comunicação de circulação nacional, buscamos investigar de que maneira o periódico Jornal do Commercio (JC), veículo de maior vendagem em Pernambuco e um dos 50 maiores jornais em circulação paga no Brasil, desenvolveu sua narrativa acerca das manifestações pró e contra o *impeachment*.

As manifestações nas páginas do Jornal do Commercio

O corpus desse estudo é composto por 36 matérias e dez capas sobre as manifestações sociais relacionadas ao *impeachment*, sendo 12 textos e quatro capas que versam sobre os protestos favoráveis à saída de Dilma, 20 matérias e três capas relacionadas às manifestações contrárias e quatro textos e três capas que abordam os dois tipos de protesto. São investigadas as matérias veiculadas nos espaços destinados às notícias, sendo excluídos os textos publicados nas colunas de opinião e no espaço destinado às cartas. Também fazem parte do corpus sete editoriais que versam sobre as manifestações ou questões relacionadas ao contexto onde essas estão inseridas.

Com o objetivo de investigar o posicionamento do JC acerca das manifestações e verificar a hipótese de silenciamento das pautas e criminalização dos protestos ou juízos de valor sobre os mesmos, o trabalho utilizou as seguintes categorias: (a) Enquadramento dado às manifestações; (b) Caracterização dos protestos; (c) Caracterização dos manifestantes; (d) Análise do espaço dado às manifestações favoráveis e as manifestações contrárias ao *impeachment*.

Assim, é possível dividir a cobertura jornalística do JC acerca das manifestações relacionadas ao *impeachment* em dois momentos, cujo marco temporal é a votação do *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados. No primeiro momento, composto por matérias veiculadas entre 12 de março e 17 de abril, os protestos ocupam grande espaço nas edições do jornal, com matérias principais e vinculadas que ocupam páginas inteiras. A cobertura é composta por matérias que fazem um panorama dos atos em todo o Brasil e por matérias que abordam a ocorrência de protestos no Recife. As manifestações figuram como o foco principal das notícias que abordam a crise política e o processo de *impeachment* de Dilma.

Já no segundo momento, composto por matéria publicadas do dia 18 de abril até 01 de setembro – data da última edição que compõe o *corpus* dessa pesquisa –, os protestos perderem espaço nas edições e passaram a ser noticiados como mais um elemento no contexto político do processo de *impeachment* de Dilma, a maioria das matérias é disposta como textos vinculados, com as informações sobre ocorrência de atos no Brasil e no Recife compondo um único bloco noticioso.

No que se refere aos editoriais, compõem o *corpus* dessa pesquisa os editoriais veiculados nos dias 13, 14, 15, 17, 18 e 22 de março e 17 de abril. Como perceptível, há uma concentração de textos no mês de março e um texto no mês de abril, no mesmo dia da votação do processo na Câmara dos Deputados. No dia 18 de março, o editorial afirmou que esse era um fato decisivo para a superação do impasse político no Brasil, que precisava reestabelecer o foco na administração pública, e destacou os inúmeros casos de corrupção descobertos durante o governo do PT, que levaram políticos do partido para a prisão. O texto afirma, ainda, que o partido levou o Brasil à situação de crise e que é preciso refutar o modelo político implantado pelo PT.

A decisão da presidente Dilma Rousseff de levar Lula para a Casa Civil levou o País à beira do impasse institucional. A crise foi ampliada, envolvendo disputas entre os três poderes. A agitação nas ruas agrava o momento. E a responsabilidade não é da oposição, nem da mídia, e muito menos da operação Lava Jato. A responsabilidade pelo descontrole da crise é da presidente Dilma Rousseff (Jornal do Commercio, 18/03/2016, p. 6).

No que concerne à caracterização dos protestos e ao seu enquadramento, podemos destacar a qualificação empreendida pelos jornais sobre os protestos em três campos diferentes no que se

refere ao seu efeito de sentido: a caracterização com efeito aparentemente neutro, com *status* de carga positiva e com configuração de enquadramento negativo. Salientamos que as noções de neutro, positivo e negativo são aqui utilizadas levando em consideração os efeitos de sentido resultantes das combinações de enunciados, cujo entendimento parte da memória discursiva sobre os mesmos já posta no imaginário social coletivo.

Na caracterização de efeito aparentemente neutro, estão elencadas caracterizações que substantivam o fato, procurando denominar o ocorrido. O exemplo é a caracterização das manifestações a partir de suas causas, como no trecho: “Com a crise política agravada com a Lava Jato e às vésperas dos *protestos pelo impeachment*, Dilma sai em defesa do mandato e diz que sentiria orgulho de ter Lula ministro” (Jornal do Commercio, 12/03/2016, p.1, *grifo nosso*).

No que concerne aos efeitos positivo e negativo, se faz necessário colocar que, nessa pesquisa, essa diferenciação tem como referência o contexto político no qual as manifestações aqui analisadas estão inseridas e seu peso simbólico. Levando em consideração a crise política que tem como produto o desgaste da imagem do governo do PT, aliada aos casos de corrupção amplamente divulgados pelos veículos de comunicação, prevaleceu a tendência de vincular a perpetuação da corrupção e os problemas políticos e econômicos do país ao governo desse partido. Assim, as ações ligadas a Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e ao governo, em geral, assumiram uma conotação negativa diante da divisão simbólica que tomou conta do país.

Dessa maneira, a caracterização das manifestações na narrativa do JC como *atos pró-governo* ou *atos favoráveis ao governo*, além de não se referir à causa propriamente dita das manifestações – posicionamento contrário ao *impeachment* de Dilma e à defesa da continuação de seu mandato² –, acabam por deslocar as pautas da manifestação de um questão pontual – interrupção do mandato em virtude do cometimento ou não de algum crime – para um contexto macro - a aprovação ou não de um conjunto de ações sociais, políticas e econômicas realizadas por ela ao longo do mandato caracterizadas como seu governo de forma geral. O mesmo acontece com o uso da expressão *ato petista*, no qual agrega-se ainda a ideia de que o mesmo é promovido e composto apenas por pessoas ligadas ao partido. Isso acaba por enfraquecer a imagem pública das manifestações contrárias ao *impeachment* de Dilma. O enfraquecimento dos protestos é reforçado também pelo uso de expressões adjetivadas junto aos enunciados relacionados às manifestações, como exemplificado no trecho a seguir: “*Eventos isolados pró-Dilma e Lula*” e “*Manifestações. No mesmo dia em que protestos contra o governo ganharam as ruas, algumas cidades tiveram atos tímidos pró-petistas organizados por simpatizantes*” (Jornal do Commercio, 14/03/2016, p. 6, *grifo nosso*).

Diante da descrição e exemplificação do que consideramos efeito de sentido negativo, pode-se inferir que a classificação das caracterizações de efeito de sentido positivo se refere ao oposto da primeira. Assim, estão inclusas nesse grupo as adjetivações relacionadas às manifestações no sentido de caracterizá-las como ações favoráveis ao combate à corrupção e contrárias ao governo, tais como *ato contra o governo* e *ato contra a corrupção*, que possuem um efeito de sentido de ser contra as ações negativas relacionadas ao governo de Dilma. É possível perceber a predo-

2. Ser contrário a interrupção do mandato da presidente e defender o governo feito por ela não são coisas necessariamente concomitantes. O primeiro se restringe ao entendimento de que não houve crime que impute a penalidade do *impeachment*, ao passo que o segundo abarca outras questões relacionadas a todas as ações tomadas pela presidente. Uma pessoa pode ser contrária ao *impeachment* sem necessariamente defender o governo feito por Dilma.

minância do efeito de sentido positivo nas matérias que versam sobre os protestos favoráveis ao *impeachment*, sendo esses caracterizados como manifestação pública do desejo da população. Um exemplo é o título e o subtítulo de matéria publicada na edição do dia 13 de março de 2016: “Mais um *termômetro das ruas*”; “Um ano após os primeiros protestos contra Dilma, manifestantes prometem voltar às ruas em 415 atos em todo o País” (Jornal do Commercio, 13/03/2016, p. 3). Essa tendência também pode ser percebida nos trechos que seguem.

Na *maior manifestação da história do País*, milhões de brasileiros foram às ruas ontem, em pelo menos 239 cidades nas cinco Regiões, pedir a saída da presidente Dilma. Os protestos também tiveram como alvo o ex-presidente Lula, fundador e principal líder do PT, investigado pela Operação Lava Jato e pelo Ministério Público de São Paulo (Jornal do Commercio, 14/03/2016, p. 2, *grifo nosso*)

Ainda no que concerne à caracterização das manifestações, os protestos favoráveis ao *impeachment* são enquadrados nas narrativas midiáticas como ações que simbolizam o desejo nacional, e causam impacto no contexto político, configurando-se como importante elemento no desenvolvimento do processo de *impeachment*, como explicitado no trecho a seguir publicado no editorial do JC:

A maior manifestação dos últimos anos levou milhares de pessoas a saírem de casa e vestirem verde e amarelo, a carregar cartazes contra a corrupção e a favor da Lava Jato. (...) as manifestações deram um sinal claro de que a participação popular chegou para ficar na democracia brasileira. Neste aspecto, não deixa de ser irônico o fato de que a ameaça objetiva ao longo período do PT no poder venha justamente das ruas dos centros urbanos, onde a militância petista foi gerada e parecia reinar absoluta (Jornal do Commercio, 14/03/2016, p.5).

Por outro lado, as manifestações contrárias à saída de Dilma são abordadas como uma reação aos protestos favoráveis ao *impeachment*. São, portanto, segundo a narrativa do JC, organizadas por sindicatos e movimentos sociais ligados ao PT e compostos por militantes e simpatizantes do partido.

Essa mesma diferença de abordagem pode ser percebida quanto à caracterização dos próprios manifestantes, aqui analisadas por meio dos enunciados utilizados para se referir a estes. Nas matérias que tratam as manifestações pró *impeachment*, há predominância de termos como *cidadãos*, *pessoas* e *brasileiros*, que conferem um caráter neutro ou positivo às manifestações no que se refere aos seus participantes, a depender do contexto em que os enunciados são empregados. O uso dos termos *brasileiros* e *multidão* remete à ideia de participação de muitas pessoas nos protestos e que essas são a representação da população. Algumas matérias analisadas ressaltaram, ainda, características do público que participou dos protestos favoráveis à saída de Dilma da presidência, qualificando-o quanto à classe social ou de acordo com suas formações ou ocupações, como nos seguintes exemplos: “Além de Dilma, o ex-presidente Lula e o PT foram alvos preferidos dos manifestantes – *boa parte de famílias de classe média*” (Jornal do Commercio, 14/03/2016, p.3, *grifo nosso*); “o *publicitário* Paulo Abdo, 72 anos, que participou de todos os atos pela saída da presidente acompanhado da mulher” (Jornal do Commercio, 14/03/2016, p. 3, *grifo nosso*).

Quanto à caracterização dos participantes nos atos contra o *impeachment*, são utilizados termos como *ativistas manifestantes*, *sindicalistas*, *integrantes de movimentos sociais*, *militantes*, entre

outros. O uso desses enunciados, sobretudo os últimos, incorre em uma caracterização deficiente e excludente, pois leva em consideração que todos os participantes são militantes ou filiados a partidos políticos ou sindicatos com interesses específicos de grupo, não englobando, assim, as pessoas que participaram do protesto apenas por não concordarem com o *impeachment*.

Outro fator observado é a predominância do enunciado *militante* que, sobretudo quando caracterizado como “do PT” ou “petista”, acaba por possuir um efeito de sentido com carga negativa devido ao contexto político da época da publicação de tais matérias, como explicamos na categoria relacionada à caracterização das manifestações. O emprego dos enunciados aqui elencados implica em um enquadramento das manifestações contra *impeachment* como atos compostos só por ativistas do PT, o que acaba por enfraquecer as manifestações na disputa política.

Considerações finais

A análise do corpus dessa pesquisa sugere uma cobertura inclinada para a legitimação das manifestações favoráveis ao *impeachment*. Isso pode ser percebido pelas estratégias discursivas empreendidas pelo periódico tanto nas matérias relacionadas aos protestos quanto na cobertura do contexto político de forma geral. Nos textos que abordaram as manifestações favoráveis à saída de Dilma do poder, tais protestos foram descritos como ações festivas que representaram a vontade política de uma parcela majoritária da população cansada dos casos de corrupção, cuja responsabilidade, segundo o clima de opinião construído pela mídia, deve ser atribuída, sobretudo, aos políticos do PT.

O destaque dado pelo JC ao grande número de participantes nos protestos favoráveis ao *impeachment* reforça a ideia de que a população brasileira de forma geral estava ali representada, e que a voz das ruas deveria ser ouvida. Em contraposição, a utilização de termos como “atos tímidos” e “eventos isolados” para classificar as manifestações contrárias ao *impeachment* acaba por enquadrá-las como expressões de uma pequena parcela da população.

Após análise da cobertura em geral e a partir das considerações expostas nesse artigo, é possível inferir indícios de criminalização das manifestações contrárias à saída de Dilma do poder, a partir do enquadramento das mesmas como atos realizados por militantes do PT em reação aos protestos favoráveis à saída da então presidente. Esses últimos foram legitimados pela cobertura como atos realizados por parte da população brasileira que visa o combate à corrupção e quer a melhoria do contexto econômico e político do país. Assim, as manifestações contrárias a esse desejo de bem-estar social, subentendido nos discursos de punição aos corruptos e recuperação da crise política e econômica, tendem a ser interpretadas como algo ruim para a população. Outro indício de criminalização dos movimentos contra *impeachment* se ancora no destaque dado aos casos de violência ocorridos nos protestos, sobretudo no segundo momento das manifestações, no qual as matérias reportaram com mais frequência os confrontos entre policiais e manifestantes.

Dessa maneira, a cobertura do JC acerca das manifestações evidencia a divisão entre manifestantes favoráveis e contrários à saída de Dilma do poder, estratégia essa também evidenciada no uso de imagens, sobretudo nas capas do jornal aqui analisadas. Diante do alcance de público do periódico, haja vista figurar como o jornal impresso com maior circulação média do estado de

Pernambuco, essa separação evidenciada na cobertura pode contribuir para fomentar essa divisão entre manifestantes pró e contra o *impeachment* fora da narrativa do jornal.

A narrativa midiática empreendida pelo Jornal do Commercio sobre as manifestações utilizou estratégias discursivas que sugerem a desqualificação dos protestos contrários à saída de Dilma e legitimação das manifestações favoráveis. Essa partidarização da cobertura sugere o uso dos meios de comunicação para atender aos interesses do veículo e das elites brasileiras, o que vai de encontro à ideia de que a mídia deve operar a partir do interesse público, conforme a autocompreensão normativa dos veículos de comunicação.

Referências

- (2016, abril 17). Para mudar o Brasil. *Jornal do Commercio*, p. 8.
- (2016, março 19). Aliados de Lula e Dilma fazem manifestação em todos os estados. *O Globo*, p. 1.
- (2016, março 19). Ato pró-governo reúne 95 mil na Paulista, calcula Datafolha. *Folha de S. Paulo*, p. A1.
- (2016, março 18). Reação institucional. *Jornal do Commercio*, p. 6.
- (2016, março 15). Sem caminho fácil. *Jornal do Commercio*, p. 6.
- (2016, março 16). Um 'basta' das ruas a Dilma, Lula e PT. *O Globo*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniaio/um-basta-das-ruas-dilma-lula-pt-18875454#ixzz4o9Ib9GMr>
- (2016, março 14). Ato Anti-Dilma é o maior da história. *Folha de S. Paulo*, p. A1.
- (2016, março 14). Ato em SP supera Diretas. *Jornal do Commercio*, p. 3.
- (2016, março 14). Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro. *O Globo*, p.1.
- (2016, março 14). Eventos Isolados pró-Dilma e Lula. *Jornal do Commercio*, p. 6.
- (2016, março 14). O golpe das ruas. *Jornal do Commercio*, p. 5.
- (2016, março 14). Protesto põe mais pressão sobre Dilma. *Jornal do Commercio*, p. 2.
- (2016, março 14). Recorde também em PE. *Jornal do Commercio*, p. 4.
- (2016, março 13). Mais um termômetro das ruas. *Jornal do Commercio*, p. 3.
- (2016, março 12). Não tenho cara de quem vai renunciar. *Jornal do Commercio*, p. 1.
- Aguiar, S. (2016). Plim, plim contra a democracia. *Caros Amigos*, XIX(81), 17-19.
- Barbosa, B. & Martins, H. (2016). Os atos pró-democracia e a narrativa do golpe na grande mídia. *Carta Capital*, 21 mar 2016. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/os-atos-pro-democracia-e-a-narrativa-do-golpe-na-grande-midia
- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70.
- Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. (6ª ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. (8ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Chomsky, N. (2013). *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Miguel, L. (2016). Quatro poderes e um golpe. In A. Freixo & T. Rodrigues (orgs), *2016, o ano do Golpe* (pp. 96-115). Rio de Janeiro: Oficina Raquel.
- Nóbrega, C. (2016, abril 28). O olhar da imprensa internacional sobre o impeachment no Brasil. *Carta Capital*. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-olhar-da-imprensa-internacional-sobre-o-impeachment-no-brasil.
- Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Editora Leya.